

Argentina não nega dívida

Buenos Aires — O presidente Raul Alfonsín assegurou que a Argentina cumprirá seus compromissos financeiros externos, embora sem recorrer à recessão econômica. Referindo-se à precária situação econômica-social herdada do regime militar, que inclui uma dívida externa de 43 bilhões e 600 milhões de dólares, Alfonsín disse que “os problemas herdados requerem imaginação, o esforço e a união de todos os argentinos”.

“Temos afirmado com sinceridade e firmeza que não aceitaremos imposições que afetem o salário dos que mais necessitam. Temos dito que não queremos que nossa economia seja controlada recessivamente. Mas também já dissemos que cumprimos nossos compromissos com o esforço e o sacrifício proporcionados à capacidade dos diferentes setores da sociedade Argentina”, declarou o presidente.

Por sua vez, Enrique Vanoli, diretor do Banco de la Nación Argentina, declarou que a carta de intenções enviada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) “reflete uma posição nacional madura, frente à dívida externa, e não se concebe uma rejeição ao seu texto, pois trata-se de uma proposta responsável para solucionar a terrível crise” do país.

Vanoli, dirigente da União Cívica Radical (UCR, partido situacionista), afirmou que a carta de intenções se ajusta às linhas econômicas que seu partido se comprometeu a adotar durante a campanha eleitoral. O documento não poderá ser recusado pelo FMI, diz Vanoli, porque está de acordo com a Lei 98-11 do Congresso norte-americano, decretada no final de 1983, segundo a qual o governo de Washington recomendará modificações das normas políticas e decisões que permitam transformar “as dívidas bancárias a curto prazo que foram concedidas a elevadas taxas de juros em dívida a longo prazo com taxas mais baixas”.

Vanoli citou, para assegurar que o FMI não poderá rejeitar a carta argentina, a resolução adotada em 14 de março pela Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, sobre o refinanciamento da dívida externa

argentina, que sugere dar os passos necessários para promover sua reestruturação com base em prazos mais longos e taxas de juros menores.

Por sua vez, o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, declarou que a negociação com o FMI é “normal”, e descartou a aplicação de medidas recessivas para melhorar as finanças do país. Grinspun referiu-se de forma indireta à declaração do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, afirmando que “para combater a inflação não é necessário entrar num processo recessivo”.

O diretor do Tesouro da França e presidente do Clube de Paris, Michel Camdessus, advertiu ontem, em Buenos Aires, que “qualquer acordo” com a entidade “está condicionado a outro prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI)”, para a renegociação da dívida externa argentina.

A presença no país do funcionário francês se relaciona com a recente decisão do governo argentino de rejeitar as imposições recessivas do FMI para a concessão de um crédito “stand by” (de apoio) que permita abrir um novo diálogo com os bancos internacionais com o objetivo de renegociar essa dívida que supera os 44 bilhões de dólares, desse total, 6.128 bilhões correspondem a organismos estatais dos 14 países que integram o Clube de Paris.

Camdessus visitou ontem novamente o ministro da Economia argentino, Bernardo Grinspun, com o qual abordou entre outros temas, a próxima reunião de países devedores que se realiza em Cartagena. O ministro viaja hoje à Colômbia para unir-se ao chanceler Dante Caputo e fazer parte da conferência que reunirá onze países latino-americanos — cuja dívida externa total excede a 350 bilhões de dólares — para buscar novos mecanismos de diálogo com os credores.

O funcionário francês expressou na véspera ao presidente argentino, Raul Alfonsín, a “total amizade e cooperação do governo” de seu país nos esforços que realizam as autoridades portenhas para refinanciar sua dívida, porém deixou entrever que toda gestão deve passar pelo Crivo do FMI.